



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO VIII - Nº 133 - 1ª QUINZENA DE JUNHO DE 1997 - R\$ 1,00

Governo se desgasta a cada dia e reprime as manifestações populares. FHC encabeça campanha contra a chamada "baderna". Para os capitalistas, a luta pelo salário, emprego, contra a destruição dos serviços públicos e contra a entrega nacional é "baderna". Nossa resposta deve ser a luta para pôr abaixo FHC e seu plano antinacional e antipopular! Por uma plenária nacional de base para combater o governo e seu plano!



A corrupção do PT é utilizada para desviar a atenção sobre a compra de votos da reeleição. Defendamos um Tribunal Popular para julgar!



Polícia de Covas massacra mais sem-teto. É preciso responder com TRIBUNAIS POPULARES!

A Quinzena de Luta do Movimento Operário

A arma daqueles que movimentam as máquinas é parar a produção. O método de luta da classe operária é a greve. A estratégia das atuais direções sindicais de priorizar as negociações protege os empresários que querem produtividade e lucros cada vez maiores. A conversa de reduzir as greves e renunciar aos direitos trabalhistas para garantir o emprego, valorizar a representação sindical com "entendimentos" dentro da fábrica, reduzir a jornada com redução de salários (quando lutamos por aumento salarial), é um ataque da burocracia sindical aos operários. É uma traição!

As direções sindicais buscam alternativas à greve para não entrar em choque com o governo dos capitalistas. Negam-se a levantar uma luta pelo salário mínimo real, pelo reajuste salarial de acordo com a inflação, parcelam as rescisões, aceitam as demissões etc. Qualquer reivindicação da classe operária que toca na política de congelamento dos salários e estabilidade econômica de FHC é descartada pelos burocratas.

O desemprego tem aumentado devido à política neoliberal de abertura de mercado para produtos estrangeiros, as privatizações, corte de verbas nas áreas sociais etc que fecham postos de trabalho e centenas de fábricas e destrói os serviços públicos. Por isso, a classe operária deve organizar a luta unitária pela derrubada do plano FHC. Um plano antinacional e antipopular que joga nas ruas milhares de trabalhadores (especializados ou não) e os marginaliza pela miséria, sem ter onde mo-

rar e como sobreviver.

A traição dos dirigentes deve ser denunciada e combatida pela vanguarda através de um movimento de oposição com um programa de classe proletário.

O caminho das lutas

* Rodoviários de transporte de carga da Real Encomenda, Expresso Mercúrio, Expresso Araçatuba fazem greve de um dia exigindo cumprimento do acordo coletivo.

* Sapateiros de Franca reivindicam reajuste de 10,79%, abono de R\$ 84,00 e PLR de 130 horas.

* Peões da Replan (Consid) em greve pela reposição de 10%. A campanha salarial dos peões empresa por empresa tem média de reajuste de 8%. No interior foram fechados acordos com Espaço Aberto Engenharia, Ermett, Sogma.

* Têxteis da Rosset e TRT perdem 4,5% de antecipação, depois que TRT julgou abusiva greve de setembro. Isto porque o sindicato prioriza as negociações em separado por empresas e quando os patrões endurecem, ao invés de unificar a campanha salarial de toda a categoria num movimento grevista único. Continua dividindo os trabalhadores em negociações por empresa.

* Metalúrgicos da Bernardini desde dezembro "co-gerenciam" a produção da fábrica para garantir o pagamento dos salários e a compra da matéria-prima. Resolveram agora cortar o salário da diretoria. O controle da produção pelos metalúrgicos da Bernardini demonstra que os patrões devem ser colocados para fora para garantir o pagamento dos salários e manter a produção. É preciso se entender que numa só fábrica não é possível, por muito tempo, a autogestão. Está aí porque a classe operária deve lutar pelo controle operário da produção em todas as fábricas.

* Metalúrgicos de São José dos Campos não vão adotar as negociações como forma de pressionar os patrões. Esta linha foi definida no 2º Congresso da categoria.

* As negociações com a Embraer de flexibilização do trabalho com redução salarial de 10%, para garantir emprego não foram cumpridas. O desemprego corre solto. Três meses após o acordo foram demitidos 400 trabalhadores.

* Metroviários do Rio de Janeiro realizam greve de 24 horas. Reivindi-

cam aumento de 46,88%. Há dois anos sem aumento e 1000 demissões, enquanto o preço do bilhete aumentou 185% neste período.

* Trabalhadores da Cosipa fazem protesto em frente a siderúrgica contra a falta de acordo coletivo.

* Motoristas saem sozinhos em greve. O que era para ser uma greve dos metroviários, ferroviários, Cetesb, Sabesp, Fundação Florestal. A causa: traição das direções e as confusões que fazem.

* Padeiros da Pullman discutem em assembléia formas de pressionar os patrões para negociar antecipação salarial.

* Ferroviários da CPTM decidem manter o estado de greve.

Só uma grande greve para arrancar dos patrões as reivindicações por melhores salários

Os funcionários da Cetesb, CET, Sabesp e Fundação Florestal e metroviários desistem da greve conjunta com os motoristas. No dia seguinte, depois de terminada a greve dos motoristas, os funcionários da Cetesb iniciam greve por tempo indeterminado e avaliam contraproposta da empresa. Os trabalhadores da Sabesp fazem algumas paralisações na Zona Norte.

Os motoristas e cobradores ficaram isolados no que poderia fortalecer o movimento operário e indicar a paralisação das demais categorias. Justamente por temer a generalização da greve é que as direções desencorajam a disposição de luta dos trabalhadores. Quando o TR julgou abusiva a greve, o presidente do sindicato apresentou proposta de encerramento da greve; argumentou para a categoria que a multa iria quebrar financeiramente o sindicato e os induziu a aceitar os 8% como uma boa contraproposta e propõe iniciar a greve depois do aumento da tarifa.

E quem é a direção do sindicato metroviário? O PCdoB e PT! E dos motoristas? O PT! E o que faz o PSTU? Apenas encena oposição. É preciso superar essas direções conciliadoras e construir uma direção revolucionária, que trabalhe por unificar a força dos explorados contra os exploradores. Sem unidade grevista, não é possível vencer a política de fome e desemprego do governo e patrões.

Nacional



FHC comprou a reeleição para continuar aplicando o plano antinacional e antipopular

A denúncia do jornal Folha de São Paulo, de que pelo menos 5 deputados venderam seus votos por 200 mil reais acentuou o processo de desgaste do governo FHC. Desta vez, o poder executivo também está envolvido, pois tudo indica que o chefe da operação foi o ministro Sérgio Mota, coordenador político de FHC, que contou com a colaboração do governador Amazonino Mendes. Ele teria utilizado ainda a concessão de canais de televisão e rádio para as

negociatas com os parlamentares. Ficou tão evidente que a denúncia era real que o PFL teve de expulsar dois deputados que confessaram a corrupção nas fitas gravadas, pois era impossível levantar qualquer dúvida sobre a verdade.

O escândalo aconteceu num momento em que FHC já vinha atravessando um processo de desgaste político. As seguidas manifestações populares de protesto contra o governo passaram a ser reprimidas com mais violência, a partir da repressão ao ato contra a privatização da Vale, passando por Maceió, Fortaleza e na fronteira com o Uruguai. O escândalo fez as pesquisas de opinião indicarem que FHC é hoje reprovado pela maioria da população.

A corrupção de parlamentares não é um fato isolado. Trata-se do método normal da democracia burguesa. Os deputados, senadores, deputados estaduais, vereadores, todos fazem suas negociatas para a aprovação de projetos de acordo com seus interesses. A venda de votos para a reeleição foi mais um ato de corrupção em meio a tantos outros, muitos dos quais também foram denunciados, como o esquema do orçamento, a ligação com os bingos, a submissão às empreiteiras etc.



As direções sindicais reformistas iludem os trabalhadores com a defesa das CPIs fajutas.

A corrupção é uma das bases do Estado burguês. Funciona como mais uma garantia aos capitalistas de que suas instituições serão fiéis ao poder econômico. Os três poderes estão contaminados de alto a baixo pela corrupção econômica e política, que também atinge os partidos burgueses ou reformistas, as forças armadas e toda a superestrutura capitalista.

Em geral, os capitalistas e seus representantes encobrem a corrupção, para não desgastar seu Estado diante das massas. Mas a luta interburguesa em meio à crise econômica faz com que as frações burguesas utilizem a denúncia da corrupção como ponto de barganha na disputa com seus adversários. Como o julgamento de tais atos é feito pela justiça marionete dos capitalistas, ou pelos próprios instrumentos do parlamento (CPIs), nada é punido.

O fato de um grande jornal servir de instrumento para tais denúncias mostra que há grande disputa no interior das frações burguesas ao redor do governo e de seu plano econômico. Sérgio Motta chegou a acusar Paulo Maluf como mandante da gravação das fitas.

A oposição chegou a recolher na Câmara dos deputados assinaturas suficientes para a instalação de uma CPI. O máximo que o reformismo fez

foi buscar uma chance de aumentar a publicidade ao redor do fato, com claras intenções eleitorais. Fracassou quando a parte governista que havia assinado o pedido de CPI voltou atrás.

O governo montou um esquema de pressão contra a CPI e qualquer investigação do caso. Havia grande chance do número de denunciados de vender votos ultrapassasse 30 deputados. Substituiu Sérgio Motta na coordenação política pelo peefelista Luís Eduardo Magalhães. Pressionou os deputados a abafarem qualquer pedido de CPI. E buscou uma denúncia contra a oposição que a colocasse na defensiva (caso CPEM/PT).

Não haverá nenhum julgamento dos corruptos. Dois já renunciaram e se livraram de qualquer tentativa de cassação. Serão candidatos nas eleições de 1998 e devem voltar aos seus postos daqui a pouco mais de um ano. Já vimos em outras ocasiões que as CPIs mais encobrem do que revelam a corrupção, e concluem dando atestados de honestidade aos corruptos.

Somente as massas mobilizadas é que podem julgar e punir a burguesia corrupta, através dos Tribunais Populares. A corrupção burguesa só acabará quando destruímos o Estado burguês pela revolução proletária.

Nacional



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

O Partido dos Trabalhadores e a corrupção

Os petistas rebateram a acusação de corrupção nas prefeituras de São José dos Campos, Santos, Santo André etc com a justificativa de que o governo FHC e seus aliados a estão utilizando para não se convocar a CPI

da reeleição. Que o governo está se valendo do dossiê de Paulo de Tarso Venceslau, ex-secretário de finanças da prefeitura de Campinas e São José dos Campos, na gestão petista, é incontestável. Mas essa manobra, por si só, não assegura que os prefeitos do PT e expressivas lideranças não tenham praticado nenhum crime de desvio ou malversação de dinheiro público.

Somente um Tribunal Popular poderia dizer se sim ou se não. A constituição de uma comissão interna é suspeita, uma vez que se trata da denúncia de corrupção na gestão administrativa. Não estamos diante de um problema interno ao PT, mas sim externo. Seus prefeitos foram eleitos. Tanto eles quanto o partido devem responder à população; e não ao governo, à justiça patronal ou aos adversários políticos.

Está dentro da lógica da disputa interburguesa pelo poder que os governistas iriam se aproveitar de uma velha acusação, que agora comparece com uma nova roupagem no quadro da crise política, marcada pelos escândalos dos precatórios, da compra de votos pela reeleição etc. A luta intestina no aparato do Estado se dá com tais armas. Está de acordo com a essência da política burguesa e da democracia capitalista correspondente.

A posição de um parlamentar do PT defendendo que admitiria uma CPI caso o governo admitisse também a

CPI da reeleição mostra bem o jogo sujo interburguês. Nisso o PT se faz de tolo. Uma CPI da corrupção nas gestões petistas poderá ter algum efeito, uma vez que se trata de um peixe pequeno que quer se tornar grande. Mas uma CPI da reeleição será como a dos precatórios. Nada de sério irá acontecer.

A CPI é um meio das frações burguesas se degladiarem, disputarem os espaços e se autodisciplinarem. Nada tem a ver com as necessidades das massas, que de quando em quando são chamadas a votar nos seus algozes, corruptos e decadentes. Depois de eleitas, as quadrilhas continuam fazer o que bem entendem, até que um bando acuse o outro frente à disputa pelo aparato do Estado.

A compra de votos pela reeleição foi notória desde muito antes. Mas só agora se comprovou com a gravação. Essa é uma outra característica da política burguesa. Sabe-se da corrupção e de todo tipo de podridão, mas é preciso provar por meios como gravação secreta, por compra de testemunha etc. É que as acusações serão levadas à Justiça e esta está submetida ao jogo do poder das quadrilhas burguesas.

Lula se queixa de perseguição hedionda contra o PT e contra sua pessoa (candidato a presidência da República). Reclama que a empresa CPEM, suspeita de ligação com seu compadre Roberto Teixeira, prestou serviços a prefeituras ligadas ao PFL etc e ninguém as acusou de corrupção. Lula poderia também dizer que o procurador-geral de Justiça de São Paulo, Sr. Marrey, prontamente destacou três promotores para apurar as denúncias contra o PT. Mas não poderia reclamar do fato de que o mesmo procurador já adiantou que há indícios de o mesmo ter acontecido em outras prefeituras.

O que mudaria para o PT se se constatasse que por todo lado as empresas de consultoria usufruem de vantagens e que estas dão caixinhas para os prefeitos, partidos etc? A única vantagem é que mais gente se movimentaria para abafar o escândalo. Não é isso que se passou em todas CPIs, inclusive a do precatório? Os lamentos de Lula, suspeito de usar de sua influência para favorecer a CPEM, também está dentro da lógica da política burguesa.

Para o líder do PT, não tem importância alguma morar de favor numa casa cedida pelo advogado Roberto

Teixeira, que Lula jura nada ter a ver com a CPEM, a não ser o seu irmão Dirceu Teixeira, que advoga para essa empresa. Lula provavelmente acha que Roberto Teixeira lhe cede a casa pelo laço de compadrio e não por ser o homem mais influente do PT. Também deve achar que se fosse um pobre diabo continuaria a receber tamanha deferência. Como declarou, trata-se de um problema pessoal entre ele e o compadre. Está aí mais uma explicação própria de políticos burgueses.

De fato, as revelações de Paulo de Tarso parecem levantar mais suspeitas que provas. Os dirigentes do PT foram unânimes em qualificar assim as denúncias de um de seus militantes: sem fundamento. Para o observador de fora ou para aqueles que votam no PT, só lhes restam acreditar ou não nas declarações de uns ou de outros. Porém, para quem acompanha criticamente a trajetória política do PT, a possibilidade das acusações de Paulo de Tarso serem reais não pode ser descartada. Muito menos descartá-la a partir do argumento de que as denúncias servem ao governo.

Um partido que se diz dos trabalhadores, mas que estabelece relações políticas e materiais com os capitalistas, já está corrompido. Tomemos uma prova: o PT recebeu dinheiro de empreiteiras, banqueiros e grandes comerciantes para sua campanha eleitoral. Do ponto de vista burguês, isso é normal e lícito. Do ponto de vista proletário, trata-se de se vender à política patronal. Um partido que dá esse passo já não é digno de nenhuma confiança.

É preciso que os apoiadores do PT se coloquem pela convocação de um Tribunal Popular

Diante do exposto, defendemos que se constitua um Tribunal Popular, formado por representantes eleitos pelas bases e que preste contas diretamente à população. Um Tribunal à margem da Justiça e do Parlamento burguês. Quem deve investigar, julgar e punir são os próprios trabalhadores, que carregam nas costas o capitalismo, seu Estado e todo bando de corruptos. Se os petistas querem demonstrar que não há nenhuma corrupção, que venham provar diante da classe operária e demais explorados. Que se pronunciem em favor do Tribunal Popular.



A Alca aumentará a opressão nacional

A reunião dos ministros da economia dos 35 países americanos em Belo Horizonte não conseguiu avançar rumo à implantação da chamada Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). O encontro foi baseado num regimento que subordinava a aprovação de qualquer medida à unanimidade dos participantes. Isso, na prática, significou amplos poderes de veto dos Estados Unidos.

A pretensão norte-americana de determinar de modo definitivo o continente como sua área de influência encontra diversos obstáculos. Os EUA mantêm uma forte política de proteção do seu parque produtivo. As sanções a produtos importados são o meio de proteger sua indústria e agroindústria. Trata-se de uma necessidade frente à concorrência européia (fortemente subsidiada pelos governos) e japonesa.

Sozinhos, os americanos produzem cerca de 80% de tudo o que se faz nas Américas. E há ainda a potência canadense. Brasil, Argentina e México têm uma pequena participação no total do continente. O restante do continente produz muito pouco. Por isso, não há concorrentes reais para os EUA na América. Por que então não estabelecer uma área de livre comércio, eliminando as barreiras alfandegárias restantes nos países vizinhos e abocanhar ainda mais esse mercado?

O conflito estabelecido nas discussões entre Brasil e EUA ao redor do Mercosul responde essa pergunta. O Mercosul foi instrumento utilizado pelas potências imperialistas para eliminar o protecionismo nos países do sul continental, aproveitando-se das diferenças de ritmos de implantação da abertura de mercado em cada um deles, especialmente da Argentina em relação ao Brasil. Os maiores favorecidos com esse "livre mercado" foram as potências européias, em especial a França.

O Brasil reivindica dos EUA que a ALCA seja estabelecida a partir dos métodos utilizados para a formação do Mercosul. Na prática, significa que os EUA teriam de abrir suas fronteiras comerciais. Há uma pequena parcela dos capitalistas norte-americanos que seria diretamente afetada com a concorrência de produtos sulamericanos, como agrícolas, semiindustrializados, calçados e agroindustriais (suco de laranja). Mas não é esse o maior problema dos EUA. A partir da implantação da ALCA nos moldes do Mercosul, os países europeus a utilizariam do mesmo modo como fizeram com o Mercosul para penetrar no mercado norte-americano, o maior do mundo. Isso o imperialismo norte-americano não pode permitir.

O Brasil assumiu a liderança nesse conflito por ser o país sulamericano com

maior desenvolvimento capitalista. Mas sua posição expressa a posição da união européia. No fundo, trata-se do conflito interimperialista, que se agrava por todos os lados pela crise mundial de superprodução capitalista. A visita do presidente francês Jacques Chirac ao Brasil teve como objetivo ampliar as relações bilaterais, objetivando ampliar a penetração francesa no continente, já com vistas à ALCA.

Certamente, o Brasil e seus comparsas de Mercosul não sairão vitoriosos desse conflito. O poder econômico da maior potência imperialista deve prevalecer. A ALCA não será um livre mercado, mas um mercado particular dos EUA, em oposição à penetração européia. Qualquer acordo de unidade econômica continental sob o capitalismo significará maior opressão nacional sobre os países atrasados, em benefício imperialista.

Nacional

Nossa bandeira é a dos Estados Unidos Socialista da América Latina e do Mundo

Não faltam aqueles que advogam que o Mercosul é um passo para a almejada unidade latino-americana. E que um primeiro grande efeito é o de erradicar a velha rixa entre Brasil e Argentina. A ponto dos militares de ambos países se dispuserem a cooperar em um patamar superior, mudando o conceito de segurança geopolítica. Acrescenta-se a tal sapiência que a volta da Rússia à casa materna do capitalismo se encarregou de modificar uma distensão em todas as direções. Querem dizer que o capitalismo entrou numa fase de integração de interesses e que os antigos conflitos estão dando lugar à cooperação.

A unidade cada vez mais urgente e necessária entre as nações pode ser concretizada por obra da "globalização" econômica. Trata-se, segundo seus defensores, de uma condição objetiva das transformações tecnológicas, do alto grau de produtividade e de integração de mercados. Também não faltam aqueles que afirmem que já não existe imperialismo. Um conceito ultrapassado pela nova ordem global e pela redução a quase zero da importância dos Estados e fronteiras nacionais.

O Mercosul, assim, faz parte dessa realidade. Não há maior disparate que esse conjunto de proposições. O Mercosul é produto das disputas intercapitalistas,

que carregam dois movimentos contraditórios e complementares. De um lado, frações capitalistas pressionam para a abertura das fronteiras nacionais a procura de expansão comercial. De outro, pressionam para manter o protecionismo ou mesmo aumentá-lo, dependendo da mercadoria e do ramo de produção monopolizado.

O Mercosul expressa esse choque. Os Estados Unidos querem substituí-lo pela Alca. E por quê? Porque o Brasil procura com o Mercosul manobrar entre as frações do imperialismo norte-americano, europeia e japonesa. Porque é inconcebível que as burguesias semicoloniais negociem entre si acordos comerciais à margem dos ditames do imperialismo norte-americano, ainda que continuem a favorecer suas multinacionais. E porque os Estados Unidos, que se tornaram senhores da América Latina, pretendem alcançar uma ampla anexação de todo continente, em resposta à crise de superprodução mundial e à brutal guerra comercial com a Europa e Japão.

Os governos latino-americanos foram "unidos" pela diretriz estratégica de aplicação das reformas antinacionais e antipopulares. De fora para dentro, o imperialismo os transformou em uma orquestra sob um só regente. Porém, nem todos conseguem se afinar totalmente,

devido os interesses de setores da burguesia interna. O Brasil, por possuir uma burguesia industrial relativamente desenvolvida e por possuir um complexo de frações, se comparada com os demais países semicoloniais, é que está em maior atraso, embora venha aplicando os violentos remédios. O Plano Real foi adotado para adaptar o país às exigências dos credores e especuladores externos. É nesse quadro que se impulsionou o acordo do Mercosul, através do qual a burguesia brasileira pretendeu e pretende se destacar como liderança latino-americana no processo de negociação da abertura de mercado e de protecionismo.

As reformas impostas pelo imperialismo à Argentina serviram de parâmetro para o Brasil. Os dois países se atrelaram através de uma artificial estabilidade monetária. A



Argentina passou a depender do Brasil quanto à exportação. Porém, o comércio exterior do Brasil sofreu um grande revés por favorecer o fluxo de mercadorias provenientes das potências e por ter suas exportações prejudicadas devido a sobrevalorização do Real. A "estabilidade" do Plano FHC navega nesse mar revolto. Assim, o governo não pode

cumprir seus acordos tarifários com o Mercosul e toma medidas que põem em choque Brasil e Argentina.

O governo argentino que está mais próximo das pressões norte-americanas e joga em favor dos interesses do imperialismo, contrapondo-se a qualquer revisão nas taxas alfandegárias. Ao mesmo tempo, age assim para favorecer seus próprios interesses. Um retrocesso nessas relações poria a Argentina a pique, uma vez que se atrelou às exportações para o Brasil e este se atrelou à política econômica de Menem quanto à relação das moedas nacionais frente ao

dólar. A interdependência da Argentina e Brasil, para falarmos dos dois maiores do Mercosul, está na dependência das pressões da economia mundial manejada pelo imperialismo. Aqui reside a essência do problema. É por ela que vemos que o continente não caminha para nenhuma unidade cooperativa.

A guerra comercial vaza pelos póros do Mercosul e este não faz senão transparecer o impasse das burguesias latino-americanas perante a crescente pressão do imperialismo. A tendência é se ampliar os choques interburgueses, sob o impacto dos impasses do Plano Real. E sob o peso das exigências dos Estados Unidos em impor a Alca. A crise de superprodução empurra as nações a novos embates em torno do mercado, das quebras industriais, comerciais e financeiras. O imperialismo não deixará de impor a qualquer custo suas diretrizes, que aumentam a opressão nacional e sacrificam as massas.

Historicamente o nacionalismo burguês fracassou no objetivo de conquistar a unidade latino-americana. Nesta fase de assimilação pelas burguesias nacionais das pressões imperialistas, as tendências desagregadoras são maiores. Somente uma ruptura histórica com o imperialismo poderá criar as condições para a unidade latino-americana. O que quer dizer

romper os laços de dominação das potências. Essa transformação não poderá ocorrer sob o comando das burguesias semicoloniais decadentes e apodrecidas. Estas poderão se atritar circunstancialmente com o imperialismo, mas não terão como derrotá-lo.

A classe operária, sim, tem a tarefa de impor a soberania das semicolônias perante o imperialismo. E esta será fruto da revolução socialista. A emancipação anti-imperialista de qualquer país latino-americano será produto da destruição do poder burguês, pela revolução proletária. E esta colocará a tarefa da unidade latino-americana através dos Estados Unidos Socialistas da América Latina, ou seja, do avanço da revolução socialista mundial. A necessidade de cooperação, superação das fronteiras nacionais e eliminação da miséria das massas para se libertar as forças produtivas potenciadas pelo capitalismo serão resolvidas a partir da revolução proletária. Os conflitos interburgueses, nas suas mais diferentes formas, serão analisados e utilizados pelo partido revolucionário para guiar o proletariado no sentido da tarefa da revolução social e da unidade socialista das nações oprimidas contra o imperialismo e avançar para a destruição mundial do capitalismo.

Argentina:

As relações comerciais com o Brasil e suas repercussões na economia e na política

A crise potencial do regime político significa a operação de reestruturação a mando de Menem, que se resume numa possível crise econômica prematura. Como prognosticamos quando surgiu o Mercosul, o sócio mais forte, Brasil, iria impor suas condições aos sócios menores. A medida do governo Fernando Henrique de eliminar o financiamento das importações (incluindo a medida aos sócios do Mercosul) demonstra a farsa da integração. Por esta medida, os exportadores argentinos se vêem afetados em 2,3 bilhões de dólares (Clarín, 2-4-97). A medida não foi consultada com o governo argentino, o que mereceu o desplante de Roque Fernández, que decidiu não viajar a Brasília, enviando uma delegação de segunda linha. A trégua de 120 dias que concedeu o Brasil para aplicação desta medida a seus sócios do Mercosul (provavelmente também haja trégua para Chile e Bolívia), não faz senão confirmar que a guerra comercial não tem sido abolida (onde há "trégua", é porque há guerra). Estes enfrentamentos comerciais já se manifestaram nos setores têxtil, alimentício e automobilístico. As recentes demissões e dispensas em METCON Vila Constituição (fábrica de autopeças para a linha Ford) são uma consequência direta do que falamos. Nunca devemos esquecer que para o Brasil os sócios do Mercosul representam só 15% de suas importações. A grande burguesia deste país tem posto seus olhos em mercados maiores, especialmente no NAFTA, e em seu próprio e amplo mercado interno e por isso não tem embaraço em violar as normas do acordo com seus sócios argentinos, paraguaios e uruguaios, com medidas protecionistas. Isto se reflete também no tema cereais. Os moinhos brasileiros acabam de fechar acordo com as cerealistas norte-americanas e canadenses, que lhes oferecem pre-

ços mais vantajosos que os argentinos. Tudo isto leva a que o fator fundamental da reversão da recessão na qual aposta o governo (as exportações, e em especial as agropecuárias), tenha entrado em uma zona obscura, o que por sua vez se refletirá em agravamento ainda maior nas condições de vida das massas, em um aprofundamento da crise interburguesa, a refletir-se também no plano político.

Como dissera Menem no momento da decisão brasileira, o sangue não ia chegar ao rio. A moratória brasileira na suspensão da medida prejudicial para os exportadores argentinos, que deu lugar ao reencontro entre ambos ministros da Economia, não pôde esconder, entretanto, as bases estruturais da crise nas relações bilaterais. É que o Brasil representa para Argentina 30% de exportações, e esta "brasileirodependência" entra em contradição com um déficit mensal de 1 bilhão de dólares na balança comercial do colosso da América do Sul, quem mais está abonando 1 bilhão de dólares mensais em função de juros da dívida externa, e gira outro bilhão pelos serviços e a amortização de utilidades. Tudo isto no marco de um déficit fiscal de 30 bilhões de dólares.

Esta difícil situação financeira só pode ser revertida (em termos capitalistas), com maior arrocho fiscal (ataque às condições da vida das massas) e maior arrecadação, incluindo os efeitos do refinanciamento da dívida. Isto exige incrementar o protecionismo comercial.

Como sentenciar a análise de Daniel Muchnic (Clarín, 13 de abril): "Inevitavelmente, o Brasil deverá aplicar um torniquete mais agudo e a economia argentina não está preparada para suportá-lo. Custa aceitá-lo. Porém não restaria muitas alternativas".

(Extraído do jornal Masas argentino nº 116)



A CUT deve ou não lutar contra o desemprego?

A pergunta do título dessa matéria parece, por si só, absurda. É óbvio que a central deve lutar contra o desemprego. Entretanto, entre a obviedade da pergunta e a dos fatos tem havido um total divórcio. Quem não vê que a direção da CUT e dos sindicatos a ela filiados têm evitado combater as demissões massivas e enfrentar o desemprego crescente?

Está aí por que a pergunta se a CUT deve ou não lutar contra o desemprego não é óbvia. Trata-se de uma questão política de máxima importância para os Congressos estaduais e nacional. A nulidade da central diante desse flagelo mostra a que grau as direções sindicais se adaptaram ao capitalismo apodrecido e aos ataques diários dos capitalistas à vida dos assalariados.

A situação de penúria de cerca de 20 milhões de trabalhadores vivendo com um salário mínimo de 120 reais expõe toda a face social da exploração burguesa do trabalho. Não é preciso mostrar que 70% sobrevivem com até 3 salários mínimos. É óbvio que o capitalismo vem sacrificando a vida de milhões. O problema não pára nesse ponto. O outro lado da medalha é o desemprego crescente. Essas duas faces, o salário de fome e o desemprego em grande escala, completam a barbárie imposta à maioria.

Imaginem que o governo reajustou o salário-mínimo em 8 reais e a CUT se fez de cega e surda. Imaginem que faz três meses que o desemprego vem crescendo sem cessar e a CUT se mostra sem braços e pernas.

Em março, o desemprego na Grande São Paulo era de 1,26 milhões, já em abril passou para 1,35 milhões. O desemprego na Grande São Paulo atinge nada menos que 15,9% da População Economicamente Ativa. Mas também o problema não pára aí. Esse nível de desemprego tende a crescer mais ainda. E se trata de desemprego estrutural, ou seja, os milhões de brasileiros desempregados nunca mais terão novos postos de trabalho.

A tendência do capitalismo é fechar mais postos do que abri-los. Esse fenômeno começa por atingir mais violentamente a indústria. É o que mostram os dados da Grande São Paulo: há dez anos a indústria detinha 33% dos postos de trabalho, agora 21,7%. É estarrecedor ou não o fechamento de 30 mil postos apenas no mês de abril?

Para a burocracia sindical, parece normal e inevitável. Não passa de uma manifestação da "reestruturação produtiva". Os defensores do capitalismo - e muitos deles no meio sindical são críticos de palavra - procuram convencer os trabalhadores de que o problema está na sua desqualificação perante as novas tecnologias e métodos de traba-

lho. Nesse caso a solução é simples: começar a qualificá-los.

Completa-se esse raciocínio fantástico com a idéia de ampliar o emprego nos setores de serviços. É como se o comércio e outras esferas da circulação não estivessem numa relação de interdependência com a indústria e com o conjunto da economia capitalista. Mais ainda: é como se o desemprego, que sempre vigorou no capitalismo, não comparecesse, agora, como um fenômeno explosivo da situação de impasse mundial das forças produtivas.

A burocracia sindical se pôs de acordo com tal explicação e passou a ser seu porta-voz. É claro que fazendo ressalvas e enxertos. Mostra que o baixo crescimento da economia mundial, as novas tecnologias, os planos neoliberais e a "globalização" são responsáveis pela escalada do desemprego. Enfim, mostra o que não se pode esconder. Ou melhor, mostra o evidente para esconder o essencial. Esconder que o desemprego crescente não é fruto conjuntural do descenso econômico, de uma simples política econômica e da mal aplicada tecnologia. Mas sim fruto do esgotamento histórico do modo de produção capitalista.

As forças produtivas não podem continuar a crescer amplamente porque entraram em total contradição com as relações burguesas de produção e apropriação das riquezas. A crise de superprodução não é circunstancial e passageira. É consequência do regime de produção que alcançou o seu ponto mais alto de concentração monopolista de capital.

O baixo nível mundial de crescimento se combina com a aplicação de potentes tecnologias (automação da produção) em alguns ramos e sob o domínio de alguns países imperialistas. Os monopólios se fundem aceleradamente para sair dos impasses provocados pelo estreitamento dos mercados e pela aplicação concorrencial de alta tecnologia. Assim, o capital não se volta para abrir novas fábricas e impulsionar os negócios. Quando se abre uma fábrica é porque se fecharam muitas ou porque se decidiu realizar transferências motivadas pelo padrão salarial mais baixo, incentivos etc.

As políticas governamentais não fazem senão agravar tais contradições estruturais, para proteger determinados grupos industriais-financeiros. E os capitalistas procuram se ajustar às tendências objetivas da crise de superprodução e guerra comercial. Se a saída imediata é demitir e aumentar a exploração, não vacilam em adotar a medida. E os governos os favorecem com a política econômica contra as massas. Está aí por que o desemprego voltou a ser contundente nos países avançados in-

dustrialmente (imperialistas) e, nos países atrasados (semicoloniais), explode como um vulcão.

Vemos assim que no mundo todo caem os salários e ascende o desemprego estrutural. As massas passam a ser duplamente sacrificadas pelos capitalistas. E o que fazer? Propor cursos de qualificação? Fazer convênios com o Ministério do Trabalho? Recompôr as Câmaras Setoriais? Mudar o governo neoliberal por um governo democrático e popular saído das urnas? Modificar assim a política econômica, voltando-as para as pequenas empresas e para os bens de consumo popular? Evitar as greves para receber em troca promessas de não demissões? Reduzir os salários para diminuir a jornada de trabalho? Ou reduzir a jornada, reduzindo impostos?

A burocracia da CUT diria sim a uma boa parte dessas perguntas. A Força Sindical também faria alguma escolha dentre as perguntas. É provável que tenhamos deixado de lado alguns pontos desse cardápio elaborado pelos dirigentes sindicais reformistas ou direitistas. Se defendem que o capitalismo é reformável e que o desemprego é contornável no seu interior, não poderiam dar outras respostas.

Nossa análise é oposta à da burocracia, portanto também as respostas. Trata-se de tomar o desemprego como parte de um programa de destruição do capitalismo e de sua substituição pelo socialismo. A luta contra o desemprego é fundamental não só para defender a vida das massas no interior do capitalismo como também um meio para desenvolver a luta revolucionária pela sua destruição.

A bandeira contra o desemprego estrutural só poder ser a da escala



móvel das horas de trabalho, através da qual se divide o total de horas nacionais trabalhadas pelo conjunto de trabalhadores empregados e desempregados, sem reduzir os salários. Essa bandeira só tem sentido se fizer parte de um programa de defesa integral da vida dos trabalhadores e de liquidação do sistema de exploração do trabalho.

A estratégia do programa não pode ser a de um governo reformista e pró-capitalista, como o governo democrático e popular, mas sim o go-

verno operário e camponês (ditadura do proletariado), produto da revolução social e não da democracia burguesa (eleições). Sem que se tenha por objetivo destruir o capitalismo, não é possível se lutar consequentemente contra o desemprego estrutural e contra a superexploração.

Justamente porque o reformismo é adversário da revolução proletária se comporta como colaboracionista frente ao flagelo do desemprego. Defendemos que o Congresso da CUT rechace tal linha e aprove um plano de lutas, que inclua a escala móvel das horas de

trabalho, a escala móvel de reajuste, um salário mínimo vital de 1800 reais, a defesa das conquistas sociais contra a reforma neoliberal, a derrubada do Plano de privatizações etc. E que constitua os comitês de empregados e desempregados. Que se prepare as marchas e manifestações contra o desemprego e baixos salários. Que se organize os sindicatos rumo à greve geral contra o governo antinacional e antipopular de FHC. Que se lance a constituir uma Frente Única Antiimperialista de massa.

Nacional

Todos rejeitam a proposta de jornada da Força Sindical

A central sindical pró-patronal Força Sindical apresentou uma proposta de redução da jornada de trabalho para reduzir o desemprego. Por essa proposta, os patrões aceitariam reduzir a jornada de trabalho em troca de benefícios fiscais (redução de impostos). Os trabalhadores aceitariam a redução proporcional de salários. E o governo aceitaria a perda de recursos em troca de mais emprego.

Trata-se de uma proposta onde todos perdem, menos os patrões. O governo perde impos-

tos, os trabalhadores perdem parte de seu salário e os patrões não perdem, mas teriam de contratar mais gente, o que traria problemas de adaptação na produção.

Luís Antônio Medeiros ainda fez outra proposta, que desta vez vai pôr em prática: os sindicatos vão fazer cursos de aperfeiçoamento profissional aos demitidos, para reintegrá-los às empresas como funcionários especializados. Como o dinheiro a ser utilizado para esses cursos é dos sindicatos e os sindicatos são sustentados pelos trabalhadores, a proposta de Medeiros significa que os assalariados vão pagar cursos para formar melhores operários para os patrões.

A Força Sindical mostra-se extremamente útil aos patrões. Aos trabalhadores, cabe lutar para construir uma direção revolucionária e expulsar

esses vendilhões dos sindicatos.

Nossa resposta ao desemprego é reduzir a jornada de trabalho sem reduzir os salários. Trata-se da escala móvel das horas de trabalho. Esse objetivo não deve se limitar aos metalúrgicos, mas atingir todos os explorados. O desemprego é amplo e esmaga milhões de assalariados, que foram expulsos da produção. A luta contra o desemprego depende de unir todos os trabalhadores, empregados e desempregados, num só movimento contra os capitalistas e seu governo. Está aí porque os metalúrgicos devem rejeitar a proposta sem-vergonha de Medeiros de defender o direito ao trabalho a todos. O caminho é construir os comitês de empregados e desempregados por um programa de combate ao desemprego e ao capitalismo.

Causa Operária

A ala Esquerda da Democracia Radical

Com grande estardalhaço, o Partido da Causa Operária lançou um manifesto (boletim nº 07 - 16-05-97), que denuncia o escândalo da compra de votos dos deputados para a votação do projeto da reeleição de FHC. Até aí não há nenhuma novidade, uma vez que uma parte da própria imprensa burguesa (Folha de São Paulo) divulgou a fita com a conversa entre os deputados corruptos. Além da denúncia, o panfleto procura caracterizar a inocuidade da CPI congressista, e afirma: "Diante da revelação da completa decomposição política e moral do governo, os partidos da oposição estão iniciando uma campanha por uma CPI. Eles alimen-

tam a ilusão de que o corrupto Congresso, o qual é justamente um dos lados do escândalo, seria capaz "de dar uma saída democrática para a situação (...)".

Em contraposição à corrupção, propõe um Congresso de Base da CUT e do MST, que deve ter como programa para sua convocação: "(...) Fora FHC: Fora o Congresso Nacional Corrupto; Por Eleições Gerais etc." Após todas as reivindicações conclui: "O objetivo do congresso deve ser o de dotar os movimentos que se iniciam de uma perspectiva unitária, de um programa de reivindicações vitais e de uma plataforma de lutas para colocar para fora FHC, o governo dos banqueiros e latifundiários assassinos e impor um governo próprio dos trabalhadores, um governo das organizações operárias e camponesas". Obviamente, tal governo não poderá se instalar como fruto direto das manifestações, pois uma das reivindicações do movimento unitário proposto por PCO é a convocação de "Eleições Gerais". Como podemos constatar, o limi-

te da política dos democratas radicais é o da democracia e as eleições burguesas e dele são incapazes de passar. Fazem denúncias justas contra qualquer ilusão de que o Congresso Nacional possa apurar a corrupção através das CPIS, mas disseminam a ilusão de que é possível um governo das organizações operárias e camponesas saído das eleições gerais, ou equivalentemente, das eleições burguesas. Alguma novidade? - Nenhuma, pois esta mesma organização chamou o voto em Lula nas últimas eleições presidenciais, o voto em uma das alternativas do capitalismo, financiada inclusive pela Odebrecht.

Na ocasião em que conseguiu o registro provisório do TRE, PCO satisfaz todas as exigências do Tribunal Eleitoral. Tudo isto só serve para comprovar que PCO, por mais que faça proselitismo com as reivindicações dos trabalhadores e utilize para isso um discurso esquerdista, não passa da ala esquerda da democracia radical, inviável na atual etapa do capitalismo.



Quem paga?

Plano Real impõe mais impostos

O governo aumentou a taxa de imposto sobre as operações financeiras. O argumento do ministro Pedro Malan é de que é necessário conter o consumo, que pressiona a inflação. O aumento de IOF aumentará em 10% as prestações que se baseiam nas taxas públicas (não-fixas). Isso trará mais dinheiro para os cofres públicos, que se encontram mergulhados numa dívida de quase 300 bilhões de dólares, somadas as dívidas interna e externa.

No final das contas, quem paga são os assalariados. Esse aumento de impostos vai recair sobre a maior parte dos financiamentos de eletrodomésticos e numa considerável parte de automóveis.

O governo pressiona para aumentar as tendências recessivas do plano econômico. A oposição reformista sequer critica o governo por isso, certamente porque faria algo semelhante em seu lugar, contendo artificialmente a inflação com as elevadas taxas de

juros, que beneficiam espetacularmente o parasitismo financeiro estrangeiro. As massas arcam com a elevação de prestações e aumento do desemprego.

O governo fala que o Plano Real trouxe estabilização. Entretanto, muda as regras econômicas a cada quinze dias. Se antes não se sabia quanto o salário poderia comprar no final do mês devido à inflação, agora não se sabe que novas medidas o governo tomará contra o desenvolvimento econômico e o emprego. Se antes a inflação comia o salário porque este era corrigido abaixo do índice dos preços, agora os salários encontram-se congelados e os preços livres.

Para os assalariados, nem a inflação nem o congelamento salarial trazem qualquer benefício. O que importa é que o salário seja capaz de manter-lhes a vida e seus familiares. Por isso, coloca-se a necessidade da luta pelo salário mínimo real de 1800 reais, pela reposição de todas as per-

das e pelo reajuste automático de acordo com a inflação. Os sindicalistas reformistas afirmam que os capitalistas não podem pagar nem esse mínimo que garante a sobrevivência dos trabalhadores. Respondemo-lhes que se o capitalismo não pode sustentar seus escravos, então deve ser destruído pela revolução proletária.

A luta contra o congelamento salarial se choca contra uma das bases do plano antinacional e antipopular de FHC. Por isso implica na luta pela derrubada desse plano de conjunto, através da luta nacional e unitária das massas.

Nacional



A HISTÓRIA DO TROTSKISMO NO BRASIL

O Nascimento da FBT e do Grupo 1º DE MAIO

Continuaremos a análise da história do trotskismo no Brasil. No *Massas* nº 130 comentamos a atuação do PORT depois do Golpe de 64, agora falaremos sobre suas dissidências. Neste número, o Grupo 1º de Maio e, no próximo, a Fração Bolchevique Trotskista.

O Grupo 1º de Maio

Em meados de 1966, surge em São Paulo uma cisão do posadismo, afirmando que *PORT* havia se degenerado, transformando-se em uma seita. Em 1968, esse grupo passa a se denominar *Movimento Estudantil 1º de Maio*, data em que o governador do estado Abreu Sodré foi expulso pelos trabalhadores, ao tentar falar num ato do dia internacional do trabalhador na Praça da Sé.

O *Movimento Estudantil 1º de Maio* surge inicialmente como uma tendência ampla no movimento de massas, principalmente no estudantil. Posteriormente se organiza enquanto *Grupo Comunista 1º de Maio*.

No decorrer do ano de 68, teve participação ativa no desenvolvimento das várias mobilizações estudantis e, em julho, na greve operária em Osasco.

O *Grupo 1º de Maio* buscava fazer uma unificação com outras dissidências trotskistas, mas não obteve resultado, em função de divergências quanto ao relacionamento com os grupos internacionais que se reivindicavam da *IV Internacional*.

No início de 69, a polícia política inflingirá duro golpe na organização, prendendo quadros e dirigentes, obri-

gando os que ficaram a cair na clandestinidade. A situação acelerou em muitos a adoção do deslocamento para o trabalho nas fábricas e nos locais de moradia. É neste momento que adotam o nome de *Grupo Comunista 1º de Maio*. No movimento operário, o grupo se implanta nos metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

Diferentemente do *FBT*, o *1º de Maio* procura desenvolver normas rigorosas de clandestinidade, como forma de se contrapor à repressão. Isto permitiu ir se mantendo vivo, mas isolado, conservando um trabalho de resistência no movimento estudantil. Ao mesmo tempo, sustentava uma atitude crítica em relação às ações foquistas armadas que estavam então se iniciando.

Na década de 70 dedicam-se a penetrar nos meios populares e estudantil, além do trabalho de agitação na classe operária e da articulação de suas vanguardas sociais, tendo uma presença relevante no processo de constituição dos *Grupos Independentes*, que seriam de certa forma os futuros embriões das Oposições Sindicais.

A resposta do governo às declarações de Stedile prenuncia repressão mais contundente

Diante da entrevista de João Pedro Stedile, em que chama os desempregados e famintos a lutarem pelo pão e moradia, ocupando terrenos baldios, fazendo manifestações em frente às fábricas, Fiesp e supermercados, o governo saiu em cadeia nacional de televisão a ameaçá-lo através de meios judiciais. Segundo o porta-voz da Casa Civil do governo, o líder do MST estaria incitando a população ao crime e à violência. Portanto, passível de penalidade. Mais ainda: o chamamento às ocupações era um atentado à democracia. Assim, o governo estaria pronto a defendê-la. E a primeira medida seria a de enquadrar Stedile na lei.

Nem bem tais ameaças foram lançadas, o Ministro interino da Justiça, Milton Seligman, entrou com queixa crime na Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio. Ao mesmo tempo, o Presidente da República fez um discurso contra a "baderna", utilizando-se do termo preferido do jurista senador Jarbas Passarinho.

Sem dúvida, as palavras de Stedile não teriam repercussão se não fosse o interesse do governo e da burguesia em utilizá-las para justificar seu objetivo de atacar o MST. Uma das variantes repressivas ao MST é colocá-lo na ilegalidade, já que os massacres, assassinatos de lideranças, prisões e perseguições judiciais não dissolve-

ram o movimento camponês dos sem-terra.

A burguesia e os setores mais reacionários dos partidos patronais vêm pressionando o governo a reprimir sem atenuante as ocupações de terra. Contrapõem-se à linha de negociação e da tática de se obter a submissão das lideranças do MST através de algumas concessões. Tais setores chegaram à conclusão de que não é possível solucionar o impasse entre as reivindicações dos sem-terra e os interesses dos latifundiários. E que por isso trata-se de combater o MST com mãos de ferro.

O processo contra Stedile é mais uma peça movida pelo governo para demonstrar que está disposto a cumprir seu papel de guardião da propriedade latifundiária e de toda relação capitalista de opressão de classe contra a maioria. Perante aqueles que exigem pulso firme contra o MST, dá mostras de ser fiel aos interesses dos capitalistas. E perante o movimento camponês, indica que irá reprimi-lo com mais vigor se não se curvar, acabando com as ocupações.

E qual deve ser a resposta do MST? Se recuar, facilitará os objetivos dos exploradores. Se avançar, terá de se preparar para uma nova etapa de confrontos. O meio termo não parece ser possível, dadas as condições sociais de miséria dos trabalhadores e de agravamento geral da ofensiva capitalista contra suas vidas. É preciso avançar. Para isso, é necessário alcançar a unidade entre a classe operária e os camponeses.

Há um problema político pela frente: a classe operária está bloqueada pela burocratização da CUT e sindicatos. As direções sindicais têm sido incapazes sequer de defender o direito de greve e de soldar a unidade grevista em torno de um programa elementar de sobrevivência dos assalariados. Os exemplos mais recentes são a quebra da unidade entre os trabalhadores de transporte em São Paulo e a decisão da direção sindical de São Bernardo de evitar greves no ABC.

E quem é tal direção? É a burocracia sindical articulada no PT e seus aliados da frente popular. Unida à direita sindical de Medeiros (Força

Sindical) se constitui num tremendo obstáculo para o desenvolvimento das lutas urbanas. Essa ala reformista, por outro lado, tem grande ascendência política sobre o MST.

Como então enfrentar o governo e a burguesia dispostos a breçar as ocupações e dissolver o MST? Se o proletariado não passar por cima dessa trava e tomar a frente das lutas e se o MST não se colocar concretamente por defender a unidade do campo com a cidade, não há como avançar o movimento social contra a ordem capitalista.

Devemos, sem pestanejar, defender o MST contra qualquer repressão. Mas diante dela é preciso que os grandes problemas sejam abertamente colocados. Todo e qualquer movimento social dos explorados contra os exploradores ou se coloca por enfrentar a ditadura de classe da burguesia ou não tem como avançar, mudar a correlação de forças e vencer. A ofensiva repressiva do governo e da UDR tem de ser respondida com ampliação do movimento de massas, com a elevação da consciência revolucionária dos explorados e com a constituição da aliança operário e camponesa.

A decisão do MST foi correta.

A direção nacional do MST disse não à formação da Comissão de Alto Nível proposta pelo governo. Esta não passava de uma manobra para exigir a suspensão das ocupações. As reivindicações do movimento são claras. Ocorre que o governo não quer atendê-las, ainda que não afetem em nada a estrutura latifundiária. Os interesses dos latifundiários falam mais alto. A aliança partidária que sustenta o governo FHC é oligárquica. Dessa forma, expressa o reacionarismo dos grandes proprietários.

Caso o MST concordasse integrar a Comissão estaria se metendo numa armadilha, preparada para breçar o movimento e para fortalecer a política mentirosa de reforma agrária do governo. A tarefa é de ampliar o movimento de massa e avançar o método da ação direta, a exemplo das ocupações e manifestações de rua.



PM assassina novamente: o Estado dos capitalistas mata os assalariados

No último dia 20 de maio, a polícia militar cumpria uma ordem de despejo contra os sem-teto que haviam ocupado as obras de moradia da Fazenda da Juta, na zona leste de São Paulo. No dia anterior, haviam procurado o governador para uma negociação, e não foram recebidos. Diante da ameaça de despejo pela PM, os sem-teto recusaram-se a ir para as ruas e deixar suas famílias desabrigadas. Decidiram resistir. Para isso, utilizaram paus e pedras, contra a cavalaria da polícia armada de revólveres e metralhadoras. Ainda assim, conseguiram fazer com que os policiais recuassem. Quando os PMs batiam em retirada, alguns policiais começaram a atirar covardemente nos sem-teto. Resultado: pelo menos 3 mortos e vários feridos.

A repressão policial tem crescido dia após dia. Basta lembrarmos dos massacres contra os sem-teto, os sem-terra e a população mais pobre:

Dezembro de 1990 - massacre dos sem-teto da Vila Socialista em Diadema

Outubro de 1992 - massacre dos 111 presos do Carandiru

Julho de 1993 - massacre dos 8 meninos da Candelária

Agosto de 1993 - massacre dos favelados de Vigário Geral

Junho de 1995 - massacre de 11 posseiros em São Félix do Xingu

Agosto de 1995 - massacre de 25 sem-terra em Corumbiara

Abril de 1996 - massacre de 19 sem-terra em Eldorado dos Carajás

Abril de 1997 - violência policial e morte na Favela Naval, em Diadema, seguida dos mesmos episódios no Rio

Este pequeno resumo mostra que o Estado, instrumento dos capitalistas para manter a exploração de classe, age violentamente contra as massas mais oprimidas. Essa é a violência reacionária dos exploradores contra os explorados.

Os sem-teto são parte dos assalariados: o capitalismo os joga nas ruas, pela incapacidade de garantir condições mínimas de existência, como moradia, alimentação, saúde. Grande parcela dos assalariados não consegue mais pagar os elevados aluguéis, que estão super-elevados. Mesmo a minoria que ganha salários pouco acima da média está à mercê da falta de moradia, se tiver família para sustentar.

A falta de moradia mostra que o sistema capitalista de produção já não consegue nem mesmo garantir as condições mínimas de sobrevivência

dos seus escravos assalariados. Trata-se de um sistema de produção apodrecido historicamente, que já devia estar enterrado. Se um sistema econômico não é capaz de garantir a sobrevivência daqueles que produzem, então que morra ele e que vivam os que produzem.

Por isso apoiamos os movimentos de ocupação de terra. Os assalariados cansam de esperar pela ação do governo e partem para as ocupações das terras dos capitalistas que os matam de fome, ou do Estado. Com isso, conseguem pelo menos um teto para suas famílias, e com ele sua sobrevivência.

O método da resistência com autodefesa é uma conclusão da experiência do próprio movimento. Cansados de ocuparem e serem despejados seguidas vezes, os sem-teto percebem que é preciso organizar a resistência. Ao se defenderem, ainda que com paus e pedras, estão defendendo seu direito elementar de sobrevivência e de suas famílias.

A desocupação da Fazenda da Juta foi montada pelos policiais com a clara intenção de aterrorizar os moradores. Utilizou-se da cavalaria, da mesma forma que o fazia a ditadura militar. Os soldados vieram preparados para assassinar. Certamente, tudo isso a mando das empreiteiras que faziam obras no local. A polícia agiu como um bando de jagunços das empreiteiras.

Depois das 3 mortes, o governador Covas vem a público para dizer que tudo será apurado. Mas que cínico! Todos viram na TV o que aconteceu. A "apuração" dos fatos será feita pela própria polícia assassina, com a colaboração de órgãos "públicos", manejados pelo governador. Essa história todos já vimos nos massacres anteriores: nenhuma punição.

Os trabalhadores precisam entender que os capitalistas e seu Estado jamais irão julgar a si mesmos. De nada valem as CPIs, comissões, inquéritos etc. sob as mãos da burguesia. Somente as massas mobilizadas e organizadas podem julgar e punir a burguesia assassina.

Por isso defendemos a formação dos Tribunais Populares para julgar e punir. Não se trata das representações teatrais montadas pelos reformistas apenas para simbolizar seu repúdio ao ato. Trata-se sim dos assalariados se mobilizarem, escolherem independentemente seus representantes, montarem seu pró-

prio tribunal e aplicarem a pena.

Cabe aos sindicatos, à CUT, associações de bairro, organizações estudantis etc. e os partidos e correntes que se reivindicam dos trabalhadores apoiarem decididamente os sem-teto e condenarem a violência policial, responsabilizarem o governador Covas e seus subalternos, e apoiarem o direito dos sem-teto de se defenderem da repressão policial.

A violência reacionária dos capitalistas e de seu governo são consequência da exploração de classe. Enquanto houver exploração da maioria pela minoria, a violência reacionária será empregada para manter os parasitas no poder. Para combater a violência reacionária, é necessário a utilização da violência revolucionária, que é a ação das massas organizadas e mobilizadas contra os exploradores e seu Estado repressivo. Não tenhamos nenhuma ilusão no pacifismo. Ele é um instrumento para manter os explorados sob o domínio opressor dos exploradores. A luta pelas reivindicações das massas depende sempre da ação direta, que é a violência dos oprimidos contra os opressores.

- Abaixo Covas assassino e aplicador das reformas antinacionais e antipopulares!

- Tribunais Populares para julgar e punir a burguesia e seu governo!

- Viva a luta dos sem-teto em defesa da moradia! Viva as ocupações com resistência! Viva a autodefesa!

- Destruamos o capitalismo para não morrerem os trabalhadores!

Nacional



A Origem de Classe do Judiciário e a Inviabilidade de sua Reforma

A recente posse na presidência do Supremo Tribunal Federal do ministro Celso de Mello em lugar do anterior Sepúlveda Pertence, ao contrário

do que aspira o governo FHC, não apresenta possibilidade de trégua nos desencontros entre executivo e judiciário, bem como a tão falada crise do Judiciário.

A razão disso está no fato de que tais descompassos, além de responderem a questões conjunturais, referem-se também às raízes históricas do judiciário e suas relações, sobretudo no capitalismo semicolonial atrasado.

A história demonstra que a constituição jurídica do Estado, a sistematização dos códigos e leis, foram constituindo-se à medida em que surge a propriedade. A verdade é que no princípio da civilização humana (comunismo primitivo), o Direito quase inexistia em razão da ausência da propriedade. Somente quando o homem passa das atividades da caça e da pesca para a exploração agrícola, atividade que permite-lhe acumular bens e riquezas, levou o homem ao regime da escravatura, que dá forma ao direito durante sua existência.

O Estado escravocrata, o que mais tempo durou em toda a história, estruturava-se juridicamente para responder aos interesses dos grandes proprietários de escravos. A decadência do sistema escravagista dá lugar ao feudalismo, cuja base se encontra nos grandes proprietários de terras, antigos proprietários de escravos, e entre estes também os "escravos libertos",

colonos, pequenos camponeses e artesãos. Logo o regime jurídico no feudalismo começa a expressar tais transformações. E, o Estado feudal, constituído sob a base da grande propriedade rural e da realeza, busca constituir-se juridicamente, de modo a responder aos interesses de tal classe no poder.

O desenvolvimento da economia mercantil, somado a outros fatores, assinala, ainda na vigência do regime feudal, o modo de produção capitalista.

A ascensão da burguesia traz consigo novas transformações ao Direito, formulado sob as aspirações desta nova classe, assumindo o lugar da anterior instituição jurídica feudal.

Desse modo é que o surgimento do capitalismo, sistema onde a concentração da propriedade e das riquezas assume proporções nunca vistas, transforma também a estruturação jurídica do Estado, antes feudal, agora capitalista burguês. Aprofunda-se, em todos os aspectos de seu desenvolvimento, o caráter de classe da "justiça"; a defesa da propriedade, inicialmente sistematizada ainda no antigo Direito Romano, desenvolve-se profundamente e avança no Direito Moderno burguês. Constitui-se o estado capitalista que, de princípio, se apresenta como um estado liberal. A evolução do próprio capitalismo e sua chegada à etapa imperialista, assinala transformações que respondem tanto a evolução das relações de produção, quando a normatização e sistematização jurídica. A defesa jurídica da propriedade privada pelo Direito abandona sua forma liberal, e passa a responder à sua forma monopolista.

Nesse quadro, a estruturação dos Estados Nacionais e seu ordenamento jurídico respondem às mudanças nas relações de produção mundiais. Assim, sob a base do capitalismo imperialista, encontramos estados onde a estruturação jurídica dos mesmos responde plenamente aos interesses das classes dominantes (burguesia), já há muito constituídas, o que permite uma "relativa harmonia" na estruturação e coexistência do judiciário com os demais poderes estatais (Executivo/Legislativo). Enquanto que, em outros Estados (países de capitalismo semicolonial atrasado), a ausência de uma burguesia nacional independente e forte, bem como demais fatores relativos ao

atraso, impedem a constituição de um Estado nacional soberano, o que acaba por determinar a inviabilidade de uma estruturação jurídica que, funcionando em consonância com os demais poderes (Executivo/Legislativo), garanta um "relativo equilíbrio", comum aos Estados democráticos burgueses de capitalismo desenvolvido.

O reconhecimento disso não significa afirmar que nas nações imperialistas haja consonância e equilíbrio absolutos entre os poderes no aparelho do Estado, ao contrário, ali também a tendência geral é de choque entre os poderes, os quais se tornam mais agudos sobretudo em momentos de crise capitalista. Ocorre que, nas semicolonias, a incidência e o ritmo desses choques se dá de modo muito mais profundo e contínuo, haja vista as sucessões de golpes de Estado e regimes militares em toda a América Latina. Nesses países, os choques entre as frações burguesas no aparelho do Estado, e a luta de classes, assumem proporções explosivas, levando o Executivo a submeter (apoiado nas forças armadas), aos demais poderes legislativo e judiciário.

No Brasil, os choques entre Legislativo/Executivo/Judiciário não são novos e constituem evidências cabais de que o Estado de Direito não passa de uma farsa, que só serve mesmo como instrumento de enganação das massas.

A constituição histórica do judiciário no Brasil corresponde plenamente às relações de classe do país semicolonial atrasado. Seu envolvimento com a burguesia nativa, partindo da incondicional defesa da propriedade privada em sua forma jurídica, chega ao envolvimento aberto (corrupção), com setores da burguesia nacional. Um exemplo notório disso tem-se no setor do judiciário ligado à oligarquia rural, onde a "evolução e aplicação" das leis, escancara tais envolvimento. Entretanto, esta é uma característica generalizada do judiciário no país.

O exemplo do que ocorre com o movimento dos Sem-Terra no Pontal do Paranapanema é notável. Ali, a maioria das terras ocupadas pelo movimento encontra-se sob litígio judicial, pois tratam-se de propriedades do governo, há décadas exploradas por fazendeiros. Curiosamente, tais fazendeiros, cuja propriedade da terra é questionada na própria "justiça",



sempre que requerem alguma liminar de reintegração de posse contra os Sem-Terra as obtêm junto aos juizes da Comarca local (Sandovalina).

Outro exemplo recente encontramos na enxurrada de liminares que chegaram a retardar por poucos dias a privatização da Vale do Rio Doce. Entretanto, a pressão do Poder Central (Executivo) sobre a cúpula do STJ (Judiciário), foi suficiente para determinar a cassação de todas as liminares, garantindo ao governo a realização do leilão da estatal.

A evolução histórica do Direito assinala entre outras coisas seu caráter de classe.

A autoridade do chefe no início da civilização humana, suas funções militares, judiciais etc., logo evoluíram. Surge então o direito de herança no sistema patriarcal que propicia a acumulação desigual de riquezas entre as famílias; a antiga organização começa a se decompor dando lugar aos primeiros elementos da "nobreza", o Direito evolui para "Direito divino dos nobres à riqueza". A escravatura, anteriormente restrita aos prisioneiros de guerra, expande-se com a escravi-

zação das tribos e das gens. Os mais poderosos, com o objetivo de manter seus domínios e poder, criam uma força policial, desenvolvem-se códigos e leis, que dão ao Estado seu caráter repressivo que se mantém até os dias de hoje, ou seja, o de um poder de opressão e submissão de uma classe sobre as demais.

A conclusão de que a natureza do direito está determinada por sua origem, o seu vínculo desde o início com a propriedade, condicionam seu papel histórico, seu conteúdo reacionário e conservador, bem como a rigidez e vícios de sua estrutura.

O judiciário sempre foi e sempre será o "guardião da propriedade", que nos dias de hoje, constitui-se em propriedade privada burguesa. Tal realidade só se alterará quando a Revolução Proletária socializar os meios de produção, e a propriedade deixando de ser privada, se coletivize, sob o poder do Estado Operário Revolucionário. Só a Revolução Proletária, ou seja, o fim da propriedade capitalista burguesa, criará as bases para a constituição de um novo Direito, que responda as novas relações de produ-

ção instituídas pela nova forma de propriedade coletiva.

A compreensão das contradições e do caráter de classe do Direito, assinalam a inevitabilidade de suas crises e choques com os demais poderes no aparelho do Estado, bem como desnuda o conteúdo reacionário da proposta de "reforma do judiciário", defendida pelo atual governo FHC e os reformistas (PT etc.). Na verdade, o que está por trás de tal "reforma" nada mais é do que a tentativa de alimentar nas massas a ilusão da existência de uma "Justiça imparcial" acima dos interesses de classe, que se colocaria pelas reivindicações dos explorados em oposição aos interesses da burguesia exploradora. Trata-se de uma farsa que deve ser rechaçada pela política revolucionária do proletariado.

Judiciários - SP

Rumo ao Congresso da Categoria

O avanço da crise do governo FHC/Covas e o aprofundamento cada vez maior de seus ataques às condições de vida dos operários e demais explorados, a implementação das privatizações e das reformas constitucionais, o congelamento salarial, o aumento do desemprego, o mar de corrupção em que se encontra o governo e o parlamento burguês, o assassinato de trabalhadores sem-terra, estão determinado, em certa medida, por onde deve caminhar a luta de classes no Brasil.

Em todos os setores da classe operária há uma grande disposição de luta que se choca com os ataques do governo e com as direções sindicais burocratizadas e vendidas, que fazem de tudo para barrar os movimentos. Um exemplo claro dessa disposição foi a recente greve dos condutores, que aprovaram em assembléia e fizeram uma paralisação contra a vontade da direção do sindicato.

Nesse sentido, a categoria do judiciários, através da Comissão Estadual dos Judiciários, já vem se reunindo há quase um ano está caminhando para organizar-se a nível estadual. Para tanto, está para realizar um Congresso e na última reunião que se realizou em Tatuí e que contou com a partici-

pação de 16 pessoas, entre outras deliberações tirou como data indicativa para o Congresso os dias 09 e 10 de agosto próximo. Nessa reunião discutiu-se que era preciso traçar um plano de lutas da categoria a nível estadual para responder de conjunto todas as questões sentidas da categoria, como por exemplo a necessidade de se desenvolver uma campanha salarial, pois a categoria conta hoje com uma defasagem salarial de aproximadamente 70% desde a implantação do plano real, bem como a necessidade de organizar a categoria para lutar contra as demissões que virão com a aprovação da Reforma Administrativa e todas as arbitrariedades impostas pela cúpula do TJ, que tem tirado cada vez mais conquistas dos trabalhadores, chegando neste último período, ao cúmulo de tirar das folhas de pagamento dos funcionários uma "contribuição sindical" para um sindicato fantasma criado pelo próprio Tribunal para se contrapor as SINJESP quando este surgiu.

Por tudo isso, entendemos que não é possível que os judiciários continuem no marasmo, que permaneçam nas lutas isoladas, pois por mais heróicas que sejam, essas lutas, não obterão uma vitória

concreta e não farão com que a categoria adquira uma consciência de classe.

Entendemos também que não é possível barrar os ataques do governo com uma federação de Associações pelo seu próprio caráter, que é essencialmente assistencialista.

Defendemos que o Congresso dos judiciários deve se posicionar pela formação de um sindicato de luta, que se coloque pela via direta (greves, ocupações, etc.), como única via para barrar os ataques do governo FHC/Covas e que tenha como princípio a democracia sindical. Que denuncie amplamente para a categoria e demais trabalhadores os desmandos e ataques da cúpula do TJ/Covas/FHC e que trabalhe no sentido de organizar a categoria para construir juntamente com todo o funcionalismo, a greve geral por tempo indeterminado.

Ao mesmo tempo deve se transformar num polo aglutinativo para uma Futura Ao mesmo tempo deve se transformar num polo aglutinativo para uma Futura Ao mesmo tempo deve se transformar num polo aglutinativo para uma futura Fração Revolucionária na CUT visando a combater a burocratização da central.



Professores-SP:

Nossas posições em relação ao Plano de Carreira

O governo vem impondo a Reforma do Ensino. O passo seguinte, após a divisão das escolas e fechamento de centenas delas, será adoção de um novo Plano de Carreira. Este constitui numa peça para a implementação do "Fundão", no início de 1998. Ou seja, aprova-se o Plano e efetiva-se a municipalização. Com isso, o governo do estado se livra de boa parte da rede estadual, oferece um piso com parte dos recursos do fundão e fica desobrigado de cumprir as poucas conquistadas contidas no Estatuto do Magistério, a exemplo da promoção automática a cada dois anos no valor de 5%.

O plano de Carreira da Secretaria da Educação nada tem a ver com nossas reais necessidades. O salário-base proposto de 635,10, por 40 horas semanais, é uma vergonha. O que por si só desmascara a demagogia de "qualidade de ensino", contida na reforma governamental. A evolução somente a cada cinco anos é um incentivo para expulsar os profissionais da rede. A eliminação do PII do quadro do magistério expõe às claras o objetivo de demitir ainda mais. Não é por acaso que Covas inicia seu governo com 240 mil professores e tem como meta terminar com 150 mil. A anulação das 11 referências cumpre a função de arrochar os salários. Oferece uma migalha para os iniciantes com o aumento da exploração sobre os mais antigos. Como se vê, o Plano de Carreira só favorece o governo, pois amplia as demissões, arrocha salários, não oferece ne-

nhum incentivo para a permanência em sala de aula, não estimula o aperfeiçoamento dos educadores, enfim está a serviço da contenção dos recursos à educação.

Para o governo, é necessário que o Estatuto do Magistério seja substituído por um Plano de Carreira que permita a aplicação dos seus ataques. Não podemos esquecer de que esta discussão de "uma nova carreira" está ligada à Reforma Administrativa e ao teto de 60% da arrecadação de impostos para a folha de pagamento do funcionalismo público.

Por que não devemos aceitar a posição da diretoria da Apeoesp

Diante do Plano de Carreira da Secretaria da Educação, a diretoria da Apeoesp se mantém passiva. O fato de convocar reuniões em todas as regiões para discutir o Plano é correto. Porém, o que não é certo é ficar só nisso. Nas reuniões do Conselho Estadual, a diretoria não propôs nenhuma ação dos professores contra o Plano. Ao contrário, combateu todas as propostas que vinham no caminho da mobilização, a exemplo da convocação de uma assembléia, de um ato e mesmo da resistência grevista. Com isso, aprovou esperar a próxima reunião com a Secretaria da Educação e, caso seja necessário, convocará uma reunião do Conselho. E nada mais. Tenta enrolar os professores dando a idéia de que é contra o Plano, quando na prática nada faz para derrotá-lo.

Com essa política, o governo está tranquilo para impor agora o Plano de

Carreira, que é, na verdade, de esmagamento das condições de trabalho de uma categoria.

O que propomos para derrotar esse Plano de Carreira

Em primeiro lugar, após as reuniões de esclarecimento do tal Plano, é necessário a convocação de uma assembléia para rejeitá-lo e, ao mesmo tempo, aprovar o verdadeiro Plano de Carreira que interessa aos professores. As reivindicações de nosso plano de Carreira devem iniciar pelo estabelecimento de um piso vital, que garanta as necessidades elementares; pela redução da jornada de trabalho para 20 horas semanais; pelas promoções automáticas a cada ano trabalhado; pela garantia dos cursos de formação (com o afastamento da sala de aula e remunerados).

Portanto, de um Plano que esteja frontalmente em oposição a reforma privatista do ensino e das medidas que a sustentam, a exemplo do Fundão. Esse Plano aprovado pelos professores deve ser imposto através da luta contra o Estado que vem destruindo a educação pública.

Como vemos, a Oposição tem propostas. A diretoria é que não tem e faz que as tem. Na verdade, está sempre pronta para remendar os projetos do governo. Basta que lembremos da época da reestruturação da rede, do fechamento das escolas e das demissões.

É hora de dar um basta nessas negociações infundáveis da diretoria da Apeoesp.

Mais um crime de classe

O assassinato dos sem-teto mostra

a face da barbárie capitalista

É preciso construir um Tribunal Popular

contra os crimes de classe

Comitê contra a opressão social e política

Educação



Por Que a Corrente Proletária é Contra a Presença da Secretária da Educação no Nosso Congresso - AFUSE

No último CR (Conselho Regional), de 16/05, a diretoria da Afuse informou para os conselheiros regionais o convite feito para a secretária da educação participar de uma mesa de debate sobre a questão da profissionalização. Para os conselheiros, a diretoria só informou o convite já feito à secretária. Fez isso porque colocaria em votação as exigências feitas pela Secretária para participar da mesa de debates do congresso. Ela participaria desde que os congressistas não tocassem nos assuntos: salário, demissão e municipalização.

A proposta da diretoria da AFUSE para o CR foi: se, no decorrer do debate sobre profissionalização, algum congressista (delegado) se dirigir ao microfone e fizer perguntas relacionadas aos assuntos acima, seria cortada a fala do delegado. Colocava para os conselheiros regionais não a questão de convidar ou não a secretária, mas que já tinha convidado e que ela, para aceitar o convite, impunha suas condições, e a diretoria aceitou, só submetia essas condições aos conselheiros regionais.

A Corrente Proletária na Educação se colocou contra o convite feito à secretária. Porque?

O governo Covas e a secretária Rose Neubauer têm implementado toda a política de quebra da educação pública, ditada pelo imperialismo (Banco Mundial), dividiu as escolas, fechou turnos, demitiu, contrata pela APM, por cento e cinquenta reais, municipaliza e espera o fim da estabilidade para demitir em massa. Na escola, os trabalhadores em educação são obrigados a aceitar as imposições do governo. Aqueles que se colocam contra, são perseguidos.

Um congresso de trabalhadores na hora que convida o patrão para participar, mesmo que seja para discutir um tema, submete este congresso à opinião do patrão. Quando a diretoria de um sindicato aceita a presença do governo (patrão dos funcionários) em seu congresso, é porque está ligada ao governo. A diretoria da AFUSE, mostrou isso colocando as palavras na boca dos congressistas, quando votou que estes deviam falar com a secretária apenas aquilo que ela quer ouvir.

A Corrente Proletária se colocou contra essas razões, pois a independência de nosso sindicato está comprometida, nosso congresso está submetido à Secretaria da Educação. Dessa forma, não poderá cumprir sua tarefa de aprovar um plano de lutas, de classe, para combater o patrão.

A questão da profissionalização

A destruição da nossa profissão é parte da destruição da escola pública, não é à toa que o governo Covas acabou com os concursos públicos, arrochou enormemente os salários. Fazem neste instante as contratações pela APM. A política do governo é a terceirização do setor administrativo.

O que falará então a secretária?

Sabemos a opinião do governo: este diz que a falta da profissionalização é nossa culpa, porque não estamos qualificados. Certamente irá propor ensino a distância (até porque o próprio governo está fechando as escolas públicas).

Dirá que teremos de nos informatizar, conhecer melhor o computador, o microondas e as vassouras vap's etc...

O que a secretária falará já sabemos de cor, não precisamos submeter nosso congresso para ouvir como a política dos patrões destrói a escola pública e os trabalhadores em educação.

Neste sentido rechaçamos a presença da secretária.

Convocamos a categoria a votar nos delegados ao congresso que se coloquem contra a presença do governo, para defendermos nossas reivindicações e colocarmos o congresso a cumprir sua tarefa de classe.

A posição da Diretoria da Afuse frente ao congresso

A diretoria da AFUSE arrastará o congresso para a discussão distracionista sobre a profissionalização. Também sabemos que a Articulação do PT (corrente que dirige nosso sindicato), diz que não somos qualificados, e que o processo de globalização capitalista exige a profissionalização dos funcionários de educação para se manter o emprego. Essa corrente política tem arrastado nossa categoria a acreditar que basta (como o governo) aprender a ligar um computador para enfrentarmos a política de reformas pró-imperialistas.

Por isso trata o assunto como a solução e não como uma parte do problema.

Como devemos nos colocar?

A nossa valorização profissional passará pela melhoria salarial (salário mínimo real), pela defesa dos concursos públicos, pela diminuição da jornada de trabalho, pela defesa da escola pública, única científica e gratuita.

A defesa da escola pública garantirá a nossa qualidade, que passará por combater abertamente a política do governo, para isso temos de nos organizar por nossos próprios métodos, com nossa política e total independência de classe.



Eleições na Inglaterra e França impõem derrotas eleitorais à direita neoliberal

As recentes eleições inglesa e francesa mostraram um descontentamento das massas com as conseqüências da aplicação dos planos neoliberais nesses países. A derrota da direita se deu para partidos sociais-democratas (capitalistas), que não fazem uma oposição real contra o neoliberalismo, ao contrário, estão profundamente influenciados pelas idéias da direita neoliberal. O que mostra que não se trata de uma virada eleitoral à esquerda, mas apenas um descontentamento contra os atuais governantes. A verdade é que os trabalhadores não têm outra alternativa.

Temos assistido principalmente na França a luta popular e estudantil contra as medidas governamentais. Citamos por exemplo as manifestações contra a discriminação aos africanos, as greves estudantis

contra o corte de verbas e privatização do ensino público e ao fim do salário-educação, as greves operárias contra as demissões, as greves de funcionários públicos contra os ataques do governo.

Esse quadro indica uma tendência de luta das massas contra as medidas de proteção ao capital financeiro e às multinacionais, que são a essência do chamado neoliberalismo. O maior problema desses movimentos é que se encontram sob controle das correntes social-democratas ou reformistas, incapazes de levarem as lutas às últimas conseqüências pelo seu apego ao sistema capitalista de produção.

A ausência da direção revolucionária é hoje ainda mais crítica que no tempo em que Trotsky fundou a IV Internacional. A lição que as lutas em todo o planeta nos dão é a necessidade da construção do partido mundial da revolução socialista, baseado nas seções nacionais.

Argentina:

Aumenta a Resistência Contra o Plano Antinacional e Antipopular

A luta heróica dos docentes de Neuquem contra a aplicação da Lei Federal e a redução de seus salários demonstrou mais uma vez quais os únicos métodos válidos para fazer frente a política governamental: o funcionamento permanente das assembleias massivas, onde se discute cada passo a ser dado, a decisão de parar por tempo indeterminado, até conquistar todos os objetivos e a ação direta das massas (mobilizações massivas, bloqueio de ruas, pontes etc.)

Eles retomaram as lutas do ano passado, dando um salto na generalização do conflito, somando-se a luta contra o desemprego e o repúdio aos acordos não cumpridos desde o ano passado. Esta decisão conseguiu o que não conseguiram políticos, bispos e burocratas: encurralar o governador Sapag, que, como uma besta ferida, multiplica a repressão ao mesmo tempo em que concede desespe-

POR LA REVOLUCION Y DICTADURA PROLETARIAS



ORGANO DEL PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO
Nº 116 21/4/97 \$1 Solidario \$2 Sección del Comité de Enlace por la Reconstrucción de la IV Internacional

**Neuquén enseña el camino
Para derrotar al
régimen del hambre,
la miseria y la represión:**

Asambleas populares,

radamente algumas reivindicações aos professores (que antes negava) para isolar e dividir os setores mais combativos.

Em Neuquem ficou claro que as massas não esperam nada, nem das leis, nem das eleições, nem de comissões, nem de parlamentares. Tomaram diretamente em suas mãos as resoluções de seus problemas.

Em Jujuy os desempregados bloquearam também os caminhos e resistem à repressão governamental.

Os confrontos dos estudantes de Buenos Aires com a polícia, em defesa do orçamento da universidade e em solidariedade aos demitidos de Juy-

juy, nos mostram como se começa a se esboçar um levantamento generalizado contra o plano de fome e miséria de Menem.

Resta lutarmos pelo fortalecimento do Partido Operário Revolucionário argentino, para que consiga potenciar esta luta.

Nós revolucionários brasileiros devemos ter em conta que a atual situação argentina, com seu desemprego e o aumento da miséria das massas, é o que o plano antipopular e antinacional de FHC tem a nos reservar. Precisamos já preparar nossa resistência assim como os companheiros argentinos.

